



Estratégias para enfrentar a fome no acampamento Santa Helena, São Carlos-SP

Helena de Freitas Rocha e Silva¹
Rosemeire Aparecida Scopinho¹

Resumo: A literatura tem mostrado que a fome no Brasil é estrutural e multifatorial, relacionada à pobreza, ao êxodo rural e à falta de acesso aos alimentos. Esses estudos fundamentaram as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional dos anos 2000, as quais abarcavam a reforma agrária como uma das diretrizes para combater a fome. Baseadas nos conceitos segurança e soberania alimentar, entrevistamos nove trabalhadores do Assentamento Santa Helena para compreender as suas representações sobre fome e as estratégias para lidar com ela durante a ocupação. Entre as estratégias mais utilizadas encontramos as aplicações dos saberes tradicionais para produzir em condições adversas, o trabalho informal na cidade e no campo, o racionamento e a partilha de alimentos. Essas memórias têm sido ressignificadas pelos trabalhadores como um motivo para lutar pela permanência no território.

Palavras-chave: Segurança e Soberania Alimentar; Estratégias de Sobrevivência; Assentamento da Reforma Agrária.

Strategies to face hunger in the Santa Helena camp, São Carlos-SP

Abstract: The literature has shown that hunger in Brazil is structural and multifactorial, related to poverty, rural exodus and lack of access to food. These studies formed the basis for public food and nutritional security policies in the 2000s, which included agrarian reform as one of the guidelines for combating hunger. Based on the concepts of food security and sovereignty, we interviewed nine workers from the Santa Helena Settlement to understand their representations about hunger and the strategies for dealing with it during the occupation. Among the most used strategies we find the applications of traditional knowledge to produce in adverse conditions, informal work in the city and in the countryside, rationing and sharing of food. These memories have been given new meaning by workers as a reason to fight to remain in the territory.

Keywords: Food Security and Sovereignty; Survival Strategies; Agrarian Reform Settlement.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. *Autor correspondente: helenafrs@estudante.ufscar.br

Introdução

Garantir o direito à alimentação saudável é uma questão multifatorial, pois envolve: reduzir a pobreza, por meio da distribuição de terras e renda; elaborar e implantar políticas públicas de acesso à saúde, educação, moradia e lazer; melhorar a eficácia na logística de abastecimento e transporte dos alimentos para os centros de distribuição e, no campo, assegurar o acesso para o agricultor produzir o alimento, sem prejuízo à sua própria saúde e com respeito ao ecossistema.

Dessa forma, segundo o inquérito sobre o avanço da fome entre os anos de 2020 e 2022 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), apenas quatro entre dez famílias conseguiram acesso pleno à alimentação. Chamou atenção a situação do campo, porque a insegurança alimentar foi detectada em 60% dos domicílios rurais; e desses, 21,8% eram lares de agricultores familiares (REDE PENSSAN, 2021).

Muitas dessas famílias trabalham no campo sob o título de “assentadas”, um fruto de décadas de pressão dos movimentos sociais de ocupação e acampamento em terras improdutivas, para impor a função social da terra, presente na Constituição de 1988. Portanto, sob a Lei de nº 8.629/93, surgiu o Projeto de Assentamento (PA) que, segundo a Resolução 458, de 16 de julho de 2013, configuraria um plano de ações para realizar uma reforma agrária com envolvimento multissetorial para fixação de um núcleo agropecuário familiar, enquanto supriria as necessidades das famílias camponesas e promoveria espaços de convivência. Nesse sentido, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), regulamentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seria uma modalidade de PA no qual se priorizavam atividades com baixo impacto ambiental e assegurava a preservação ambiental da área demarcada, sob responsabilidade das famílias assentadas em formato associativo (INCRA, 2020).

Os PA e PDS possibilitaram a reconstrução de identidades sociais a partir da chegada de diferentes configurações familiares; favoreceram a construção de espaços coletivos, como associações e cooperativas; promoveram maneiras diversificadas de técnicas de plantação, como uma alternativa à monocultura; e recuperaram os ecossistemas, uma vez que, geralmente, são demarcados em áreas muito degradadas (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Portanto, este artigo trata de uma pesquisa que busca compreender as estratégias de sobrevivência de 10 agricultores assentados no PDS Santa Helena, na região de São Carlos-SP, para enfrentarem a fome no período de acampamento. Neste território, conquistado pela ocupação e resistência, as pessoas carregam muitas histórias de precariedade e abandono, quando tiveram que recorrer aos saberes adquiridos de experiências passadas e a solidariedade

e reciprocidade dos colegas de acampamento.

Conceitos de Segurança e Soberania Alimentar

A questão da fome no Brasil ganhou contornos sociológicos com a publicação da obra "Geografia da fome", de Josué de Castro, na qual o autor expunha que a fome era um processo não natural, mas estrutural, causada pelo interesse de minorias privilegiadas em manter a colonização e a exploração dos mais pobres. Portanto, o cientista concluiu que era um problema passível de ser solucionado por meio de políticas públicas capazes de garantir a justiça na produção e distribuição de alimentos, reduzir a pobreza na população e promover um Estado independente dos interesses econômicos de países imperialistas (CASTRO, 1984). Em vista disso, movimentos sociais no campo e na cidade se utilizaram dessa via para pressionar pelo direito a alimentação de qualidade. Destarte, o governo instituiu, em 1972, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com o objetivo de mapear os bolsões de pobreza e instituir medidas nacionais voltadas para a população vulnerável. Eram programas assistencialistas e focalizados, como programas de suplementação nutricional e auxílios para adquirir o alimento no supermercado, além de estarem fortemente atrelados aos interesses mercadológicos internacionais e beneficiarem, sobretudo, as indústrias produtoras de alimentos. Em 1985, foi lançada a primeira proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), que tinha como foco o abastecimento e a autossuficiência do Brasil na produção de alimentos, bem como promover estratégias de promoção nutricional para a população. Entretanto, a inflação dos alimentos chegou a passar dos 80% a o m ê s e o salário mínimo estava desvalorizado – o que só acirrava a miséria (MARQUES, 2010).

Com a emergência de um governo que seguia as tendências neoliberais na década de 1990, várias de suas pastas ministeriais foram esvaziadas - dentre elas, as que cuidavam do mapeamento de insegurança alimentar no Brasil. Essas ações causaram descontentamento da população civil - e os movimentos sociais se aglutinaram para o Movimento pela Ética na Política, encabeçada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, cujo objetivo era luta pela justiça social e garantia dos direitos humanos. A partir disso, nasceu a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (AMARAL; BASSO, 2016).

Paralelamente, as graves crises financeiras em países do chamado sul global, como a América Latina, levaram a um movimento da Via Campesina para a convocação de uma II Conferência Internacional para a discussão das mudanças dos sistemas agroalimentares, em 1996, no México. Nessa conferência, foram documentados oficialmente os princípios e diretrizes da Soberania Alimentar, uma ideologia que pautaria o caminho dos movimentos sociais no campo em busca da autonomia para definir as condutas alimentares das suas regiões. A

Declaração Final desse Fórum afirma que as causas da fome e da desnutrição são as decisões impostas pelos países privilegiados a fim de manter a hegemonia política e econômica, por meio da monopolização dos recursos necessários para manutenção da vida. Ainda diz que os alimentos não são mercadorias e que os países periféricos são capazes de produzir sua própria comida, mas as injunções do neoliberalismo são um obstáculo para essa realização (CATAÑO HOYOS; D'AGOSTINI, 2017). Desse modo, a Soberania Alimentar traz uma visão emancipadora do caminho para alcançar a segurança alimentar, centrada na autonomia da agricultura camponesa e dos povos originários em praticar uma agricultura sustentável, com respeito aos modos tradicionais de produção e distribuição. Para isso, são necessárias políticas de Estado no fomento à agricultura familiar; nacionalização e distribuição equitativa de recursos como água e sementes; e levar serviços básicos, como saneamento, saúde, educação e assistência técnica ao mundo rural.

O ponto de virada para este debate no Brasil foi o lançamento do Programa Fome Zero (PFZ), em 2003, que apontava ser a fome no Brasil causada pela pobreza no campo e o desemprego nas cidades. Dessa maneira, para conseguir articular as propostas do PFZ, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi reconstituído, com o objetivo de facilitar a interlocução do governo com a sociedade civil a fim de determinar diretrizes para as soluções das crises alimentares do século XXI. Ele tinha caráter orientador das políticas públicas e serviu como um termômetro das demandas das comunidades. Outra vantagem do PFZ foi a sua descentralização nas políticas alimentares e a criação de conselhos regionais e municipais de segurança alimentar – nos quais cada região ficaria responsável por administrar os debates e promover os eixos orientadores, conforme as diferenças locais. Isso permitiu conhecer melhor as variedades da cultura alimentar no território e promoveu o respeito os hábitos de vida dessas populações (MARQUES, 2010).

Um marco histórico advindos do CONSEA foi a elaboração e sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, a qual estabeleceu que para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional era necessário garantir o acesso aos alimentos e água; conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais; promoção da saúde nutricional, principalmente de grupos sociais considerados vulneráveis; garantia da qualidade sanitária dos alimentos; implantação de políticas públicas voltadas para produção, comercialização e distribuição dos alimentos, com respeito às características culturais regionais; e formação de estoques estratégicos para o abastecimento das regiões de extrema pobreza (LOSAN, 2006).

Dessa forma, as atuações do CONSEA, junto com a orientação do governo em políticas de diminuição da pobreza, por meio de programas de distribuição

de renda, valorização do salário mínimo, ampliação dos postos de trabalho e fomento à agricultura familiar, contribuíram para uma queda considerável da insegurança alimentar entre os brasileiros. Isso culminou na saída do país do Mapa da Fome da ONU no ano de 2014. Entretanto, essa aparente segurança viria a se mostrar frágil com a recessão econômica a partir de 2015, uma vez que a pobreza voltou a sobressair nos lares brasileiros (MALUF; ZIMMERMANN; JOMALINIS, 2021).

Os resultados refletiam êxito das políticas de combate à fome, mas foram palco de debates sobre as transformações nos padrões de consumo alimentar dos brasileiros. Desde a década de 1990, observou-se um aumento da quantidade de alimentos ultraprocessados em gôndolas dos supermercados, ao mesmo tempo em que os alimentos *in natura* decresciam (IBGE, 2018).

A consolidação do poder das cadeias agroalimentares, que controlam desde a distribuição das sementes até o produto ultraprocessado no prato do brasileiro, acentuou as desigualdades no campo. Isso se mostrou mais evidente com a ascensão da pandemia da COVID-19, cujas recomendações de distanciamento social, sem assistência do Estado para as famílias afetadas, ocasionou na perda de postos de trabalho, fechamento das feiras livres e das instituições de ensino – muitas vezes onde o estudante garantia, em média, duas refeições diárias. Consequentemente, houve um aumento da pobreza e da insegurança alimentar nos lares brasileiros, tanto no campo quanto nas cidades. Em contrapartida, as corporações oligopolistas das indústrias farmacêuticas e alimentares tiveram lucros exorbitantes através da exploração mercadológica da saúde (PACHECO, 2024).

Em 2019, o CONSEA foi extinto pelo governo federal, sem haver uma ação substitutiva. Isso foi considerado um retrocesso muito forte, pois se quebrou a cadeia de diálogo do Estado com a sociedade civil e suas demandas foram invisibilizadas. Ademais, diversas legislações a favor do agronegócio foram aprovadas nas instâncias superiores, como a maior permissividade no uso de agrotóxicos proibidos em outros países, flexibilidade de normas ambientais para o avanço da fronteira agrícola e interpretações na lei para aumentar o acesso dos produtores de *commodities* ao crédito rural (PACHECO, 2024).

Finalmente, a soberania alimentar necessita de ações práticas, com embasamento científico, de melhor aproveitamento dos recursos de um território e escutar as comunidades tradicionais que ali habitam, além de repensar os modelos econômicos hegemônicos que favorecem o agronegócio.

Metodologia - Campo Empírico

O PDS Santa Helena foi homologado oficialmente em 2005 e abrigou as 14 famílias acampadas na época. A fazenda de 102,5 hectares foi dividida em treze loteamentos com cerca de 5,4 hectares, uma reserva legal (aproximadamente

5,7 hectares) e uma área comunitária onde fica a escola para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) Novo Horizonte. A estrutura era assistida pelo INCRA. A região da fazenda localizava-se estrategicamente, pois era uma área de recarga do Aquífero Guarani - por isso a importância de preservação ambiental da área (SARAVALLE *et al.*, 2016).

Pela sua condição de PDS, havia uma série de exigências para a manutenção do Assentamento, como a obrigatoriedade de 20% da área como Reserva Legal, determinação para produção agrícola de forma sustentável e com o uso mínimo de agrotóxicos e baixo desmatamento (ARRUDA *et al.*, 2017).

O PDS Santa Helena foi o campo empírico para esta pesquisa por ser um dos primeiros assentamentos do modelo PDS na região de São Carlos, devido à sua importância para distribuição de alimentos para as escolas municipais da cidade de São Carlos, por sua proximidade com as universidades locais, pela relevância em organizar e participar das feiras orgânicas da cidade e pela participação dos assentados nos debates públicos sobre políticas de segurança alimentar e nutricional.

Procedimentos

A pesquisa foi conduzida pelo método qualitativo e foi utilizado como instrumentos de pesquisa o trabalho de campo, rodas de conversa e entrevistas individuais. Conforme postulou Minayo *et al.* (2002), a pesquisa qualitativa seria uma forma de investigar realidades que não podem ser quantificadas, no campo das ciências sociais. Seria possível, assim, compreender aspirações, afetos e comportamentos.

A entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de informações que consiste em elaborar perguntas disparadoras e registrar as respostas dos atores sociais sujeitos da pesquisa (MINAYO *et al.*, 2002). Para a nossa pesquisa, os roteiros das entrevistas foram didaticamente enumerados em três blocos temáticos: informações socioeconômicas e educacionais dos entrevistados e suas trajetórias até a chegada ao PDS Santa Helena; Modos de produção e comercialização; e Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. As entrevistas foram realizadas em visitas aos lotes e a prospecção se deu pelo método "bola de neve", no qual uma pessoa indicava a outra.

Para o registro das respostas, foi utilizado o método de gravação e transcrição, de modo a preservar a fala do entrevistado *ipsis litteris* e as observações das visitas aos lotes foram registradas em diário de campo.

Análise do discurso

A partir das informações coletadas, fez-se uma triangulação com os principais pontos abordados para a discussão da pesquisa - elementos nas falas dos

entrevistados que traziam as estratégias de sobrevivência dos assentados durante o período de ocupação e acampamento.

Entendemos como estratégias um conjunto de ações, intencionais ou não, mediante aos recursos disponíveis de um indivíduo, grupo ou instituição para contornar um determinado problema. As estratégias de sobrevivência pressupõem, muitas vezes, ações de como os sujeitos ressignificam o cotidiano para se adaptar a uma situação limite (COSTA; RODRIGUES, 2002).

Portanto, utilizamos como referencial teórico, para interpretar a fala dos entrevistados, a abordagem das “representações sociais”. De acordo com Jodelet (2015), elas são representações psíquicas de compreensão da realidade, a partir de um sujeito social com seus repertórios e potencialidades. A autora trabalha com o “discurso interpretativo dominante” e coloca a pesquisa em uma análise psicológica e social sob as lentes do sujeito e suas condutas sociais. Portanto, no campo das representações sociais é essencial um olhar atento nos processos comunicativos, nas atribuições simbólicas e afetivas, por meio da socialização, da educação e como um objeto é descrito pelo sujeito.

De forma didática, Jodelet descreve três esferas das representações sociais: o subjetivo, como a experiência propriamente dita com todas suas emoções, o repertório adquirido ou a ser processado; o intersubjetivo, ao qual pertencem as trocas e as interações sociais na totalidade dos seus conflitos e os consensos; e o transubjetivo, as ideias e os valores que amalgamam as duas esferas anteriores, - é nesse campo que estaria a coesão de um grupo social, assim como o sujeito socializado e socializante (JODELET, 2015).

Para a pesquisa, as representações sociais são essenciais para validar as experiências de insegurança alimentar dos sujeitos da pesquisa, assim como compreender os significados que atribuem à fome. Dessa forma, a partir de um repertório, categorizar suas estratégias de sobrevivência.

Resultados

Caracterização das pessoas entrevistadas

O Quadro 1 trouxe as informações sociodemográficas e educacionais dos 10 agricultores que aceitaram participar das entrevistas individuais.

De acordo com o gênero das pessoas entrevistadas, 30% eram mulheres e 70%, homens. Dos lotes visitados, quem participava das decisões econômicas da casa eram 50% as mulheres e 50% os homens. Além disso, 80% das pessoas entrevistadas dividiam o lote com mais alguém, enquanto 20% viviam sozinhos.

Quanto à identificação de raça/cor, de acordo com a classificação do IBGE, 60% se afirmaram como pessoas brancas, 30% como negras e uma pessoa como parda. Em relação ao estado civil, 60% dos entrevistados eram casados, 20% viúvos, uma pessoa solteira e uma pessoa divorciada. Quando questionados se

sabiam ler e/ou escrever, 60% das pessoas afirmaram conseguir fazer os dois, 20% sabiam apenas ler e 20% não sabiam ler ou escrever.

Quadro 1- Informações sociodemográficas e educacionais.

Identificação	Idade	Gênero	Identificação racial	Estado de Origem	Estado civil	Sabe ler/escrever
M.A.	62	Feminino	Negra	Paraná	Casada	Ler/Escrever
J.G.	73	Masculino	Branco	Mato Grosso	Divorciado	Não
C.	78	Masculino	Negro	Bahia	Casado	Não
I.	54	Masculino	Branco	Bahia	Casado	Ler/Escrever
L.	87	Masculino	Branco	São Paulo	Viúvo	Ler
C.R.	87	Feminino	Branca	Alagoas	Viúva	Ler
D.	50	Masculino	Pardo	São Paulo	Solteiro	Ler/Escrever
L.M.	63	Feminino	Negra	Paraná	Casada	Ler/Escrever
Z.M.	53	Masculino	Branco	Paraná	Casado	Ler/Escrever
S.D.	80	Masculino	Branco	Bahia	Casado	Ler/Escrever

Fonte: elaborado pelas autoras.

Das regiões de origem dos entrevistados, 30% vieram do Paraná, 30% da Bahia, 20% do próprio Estado de São Paulo, uma pessoa veio de Alagoas e uma do Mato Grosso. Todos os entrevistados afirmaram viver a infância e a adolescência em zonas rurais das regiões de origem e, por algum motivo, tiveram que migrar para as cidades. Consoante Romanelli e Bezerra (1999), a representação de melhoria na condição de vida na cidade, apesar das dificuldades em encontrar postos de trabalho, era associada com a proximidade de serviços que o campo não pode oferecer, como instituições de ensino e saúde.

Em relação a idade das pessoas entrevistadas, sete (70%) tinham mais de 60 anos, ou seja, consideradas legalmente idosas. Dentre elas, três (42,9%) possuíam idade superior a 80 anos. Sobre esses entrevistados idosos, quatro (57,1%) relataram alguma questão crônica de saúde durante a entrevista, como hipertensão ou doenças cardíacas e duas (28,6%) viviam sozinhas em seus lotes. Oliveira & Feliciano (2023) trouxeram em artigo que o envelhecimento pode ser observado por uma lente multidimensional, porque alcançaria o social, o cultural e o espacial. Muitos idosos, sobretudo os do campo, foram invisibilizados e se queixaram das dificuldades no acesso à saúde, atividades de lazer e bem-estar. A dificuldade em trabalhar na lavoura afetou a produção e sua renda, conseqüentemente submeteu a pessoa ao risco de insegurança alimentar.

Um estudo conduzido por Arruda *et al.* (2017) informou que 42% das famílias assentadas no PDS Santa Helena estavam em algum grau de insegurança alimentar. Portanto, quando perguntado sobre os hábitos alimentares, observou-se a prevalência do consumo de arroz, feijão, algum tipo de legume e uma “mistura”, a qual poderia ser, preferencialmente, carne vermelha ou, mais recorrente, frango e ovos. O almoço foi identificado como a refeição mais importante para os entrevistados, enquanto o café da manhã era descrito como pão (quando tinha), leite e café; e a janta seria as sobras do almoço. Refeições entre as três principais foram descritas em duas entrevistas. A produção para o autoconsumo foi identificada em todos os lotes visitados e, quando questionados sobre o que poderia melhorar na alimentação, muitos disseram precisar de dinheiro para comprar itens que não conseguiam produzir nos lotes, como a carne vermelha.

Ações coletivas como estratégias de sobrevivência

O Quadro 2 mostra os principais eixos temáticos de estratégias para contornar a fome utilizadas pelos agricultores do PDS Santa Helena. Eles foram didaticamente divididos entre técnicas de conhecimento pessoal e ações coletivas.

Quadro 2 - Categorias das estratégias de sobrevivência dos entrevistados.

Saberes tradicionais	Plantações de subsistência; enterrar comida abaixo do solo para não estragar; caça e pesca; trabalho informal.
Ações coletivas	Partilha da cesta básica; auxílio dos familiares da cidade; compartilhar refeições.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Durante o período de coleta de informações sobre o período de ocupação e início do processo de assentamento no território, observou-se uma época de precariedade na condição das pessoas. Por ter sido uma área com intensa exploração do solo pela plantação de cana-de-açúcar, foi relatado uma aridez no solo e falta de vegetação nativa - portanto, não havia como os acampados plantarem naquele solo. Dessa forma, enquanto esperavam pela assistência do INCRA na emissão de documentos e preparação do solo, eles ficaram à mercê da escassez de alimentos e de necessidades básicas de consumo de água e higiene.

A única ajuda que recebiam de instâncias superiores era uma cesta básica mensal por família. Dessa forma, pelas representações sociais nas falas dos agricultores, possibilitou-se entender como eles significaram a insegurança alimentar que viveram. Quando questionados, muitos eram categóricos em

afirmar que não passaram fome, porém, viviam com o básico. Por meio disso, foi importante validar essa experiência como precária e árdua, mas como uma consequência da necessidade de sobreviver com o mínimo em um período de escassez. Essas estratégias apareceram nas entrevistas tanto como formas individuais de eles, enquanto sujeitos, contornaram a fome, assim como enquanto uma comunidade, superaram as dificuldades da ocupação.

Primeiro, isso apareceu por meio da partilha. Durante o acampamento, o solo era muito pobre para plantação de excedentes para venda. Muitos agricultores afirmaram que a cesta básica não era suficiente para muitas famílias que tinham mais membros do que outras. Portanto, uma estratégia adotada coletivamente foi unir os mantimentos das famílias e redistribuir proporcionalmente. Isso é demonstrado na fala de dois agricultores:

No começo aqui, a gente vivia de cesta básica, era quatro/cinco saquinhos de leite para cada um. Mas como eu era sozinho, o que eu fazia? Tinha família que tinha quatro, cinco, seis filhos, eu deixava um saquinho comigo e passava. (J.G., 73 anos)

Outra forma de ação coletiva para atravessar esses períodos de incertezas foi por meio do compartilhamento de refeições. Um episódio desses foi relatado pela agricultora M.A., quando faltou cesta básica por dois meses e os alimentos não perecíveis da cesta estavam se esgotando:

Eu me sinto orgulhosa de ter tido disposição para trazer meus filhos e lutar por uma coisa que é de direito da gente. Por Deus ter dado esse clareza na nossa mente, entende? Teve dias que olhava e não tinha arroz, o feijão ainda estava plantando, colhi alguns verdes e descasquei na mão, porque não dá para bater ainda. Tinha um frango, matei ele e limpei rapidinho. E aí arranquei a mandioca e cozinhei aquela panelona. Os meninos comeram, foram chegando gente e foram comendo. E eu sempre falo, o que tiver ali, a gente come. (M.A., 63 anos)

Nessa descrição, observou-se como os agricultores se aproveitaram de todas as partes de um alimento para conseguir maior volume de comida e não passar fome, como colher o feijão ainda verde e descascá-lo a mão; utilizar, além da carne, a banha e os ossos do frango como complemento no refogado. Nesse sentido, Woortmann (2013) descreveu o simbolismo das vivências para a construção de hábitos alimentares. A autora explicitou, por meio da definição de *habitus* de Bourdieu, que as práticas alimentares seriam uma forma de comunicar um saber social incorporado, portanto, a junção dos ingredientes disponíveis naquele momento, sob um sentimento de angústia pela falta de mantimentos, em uma refeição completa remete a muitas estratégias camponesas para a

sobrevivência na escassez.

Em um relatório sobre hábitos e ideologias alimentares em grupos de baixa renda, encontrou-se nas pesquisas com comunidades de baixa renda classificações de alimentos como “fortes” ou “fracos” em relação ao teor nutritivo de um alimento - ou seja, quanto maior seu teor energético e maior produção de saciedade, mais forte seria aquela refeição. Tradicionalmente em comunidades camponesas, os alimentos mais saciáveis eram preparados na hora do almoço, pois isso permitiu ao lavrador trabalhar por longas horas da tarde sem a sensação de fome (WOORTMANN, 1978; CANESQUI, 2005). A comida preparada por

M.A. possuiu muitos elementos do que seria considerado alimentos fortes, como a mandioca, o feijão e o frango. Isso seria condizente com a situação vivida na época de incertezas se iria haver uma próxima refeição.

Também se destacou, nas entrevistas individuais, como as famílias que tinham familiares aptos a auxiliarem com mantimentos tiveram relativamente mais segurança do que outras. A literatura mostra que essa é uma estratégia muito comum e importante para reforçar os laços sociais de uma comunidade (ROMANELLI E BEZERRA, 1999; DUVAL *et al*, 2009, TECCHIO *et al.*, 2019). O fato dos barracos estarem muito próximos favorecia uma dinâmica na troca de saberes e solidariedades, muitos dos entrevistados foram categóricos em definir que a união foi um fator essencial para a resistência das famílias em permanecerem ocupadas.

Conforme Sabourin (2011), a reciprocidade seria um modelo econômico alternativo ao capital no qual predominaria a troca mútua de saberes, mercadorias e trabalho em uma comunidade. Nesse caso, ela se diferenciaria da simples troca mercantil, pois carregaria uma série de categorias simbólicas e afetivas. Portanto, em uma comunidade camponesa, seria importante para criar laços de amizade e confiança, uma vez que fazem parte de uma mesma organização. Para as famílias acampadas na fazenda Santa Helena, a reciprocidade na divisão de tarefas e refeições fizeram parte da união de um desejo em comum de permanecer e viver de um pedaço de terra.

Saberes tradicionais como estratégias de sobrevivência

Além das ações coletivas, encontramos representações dos saberes tradicionais pelas pessoas como estratégias para o enfrentamento da fome. Destaca-se, primordialmente, a plantação de subsistência para o autoconsumo, ao redor das áreas dos barracos. De acordo com os agricultores, antes de sair o alvará para o assentamento da fazenda e a limpeza do terreno pelo INCRA, não era permitido plantar em grande escala. Portanto, durante esse período, utilizaram-se dos conhecimentos previamente adquiridos, seja pela infância na roça ou pela experiência de ocupação de terra, para plantio de subsistência.

De acordo com Duval *et al.* (2009), o cultivo para autoconsumo e subsistência foi uma das técnicas mais antigas para garantir uma segurança alimentar no campo diante de uma incerteza. Além do fator da garantia do alimento, o plantio também favoreceu a construção de laços comunitários e criou conexões afetivas entre os membros da comunidade que partilham da colheita daquele alimento. Por esse motivo, essa foi outra estratégia de sobrevivência muito relatada em estudos anteriores, principalmente em regiões com predominância de famílias de baixa renda e assentamentos rurais (GONÇALVES; ESCOPINHO, 2010).

Por outro lado, a produção para o autoconsumo foi representado pelos entrevistados como uma justificativa de que não passaram fome. Dessa forma, não seria possível afirmar que houve uma segurança alimentar, mas uma alternativa para escapar da subnutrição crônica, o último estágio da fome:

No início tivemos dificuldades, mas não a fome, porque não produzíamos e para manter a terra tínhamos uma alimentação bem restrita, chegamos arroz puro, ou só feijão, macarrão, de dormir e pensar que no dia seguinte não teria nada. (Z.M., 56 anos)

A caça e a pesca foram outros elementos relatados pelos entrevistados para obter alimentos durante os períodos mais difíceis. Como a fazenda está localizada a beira de uma represa, foi nela que as famílias conseguiam realizar as necessidades básicas de higiene, como o banho e a lavagem de roupa. Além disso, conseguiam pescar alguns peixes para complementar as refeições com alguma proteína:

Comíamos tatu, pois era o que tinha por aqui. Eu tenho comigo a lei da natureza, só permitir matar um animal para se alimentar, nunca para vender ou por pura maldade. Eu considero isso. (M.A., 63 anos)

Apesar de ser conhecido como um animal onívoro, as características culturais de uma sociedade tornam o ser humano seletivo na hora de classificar um elemento como comestível ou não, utilizando-se de categorias simbólicas para diferenciar o “nós” e “outros”. Por exemplo, a cultura brasileira considera imprópria o consumo de carne de animais domésticos (cães e gatos), devido à proximidade afetiva com essas espécies (CANESQUI, 2005). Assim, conforme escrito pela autora, a forma de obtenção do alimento e sua preparação são elementos para detectar mudanças sociais. A caça e a coleta são associadas com um estado mais primitivo por estar diretamente ligado a natureza e, conforme for graduando as formas de aquisição do alimento, tais como a agricultura e a compra no mercado, seria percebido, sobretudo para indivíduos urbanizados, como uma variação do estado de “dificuldade” para a “estabilidade”. Quando,

no momento da entrevista, a M.A. se enxergava em uma posição mais estável como agricultora, ela reforçou não se utilizar mais da caça.

Como alternativa para se manterem na terra sem poder produzir dela, as famílias acampadas recorreram às suas experiências práticas para se tornarem trabalhadores informais e conseguirem alguma renda, ou até mesmo, trocar sua força de trabalho por alimentos. Um dos trabalhos mais descritos durante as entrevistas foi a colheita de laranja em chácaras vizinhas, um trabalho sazonal, mas que garantia a sobrevivência no acampamento por um tempo e sem precisar sair da região, pelo medo das represálias. Também foi mencionado trabalhos na cidade, sem especificar, apenas classificados como “bicos”.

A venda da força de trabalho como uma forma de complementar a renda do trabalho no campo ou, no caso do estudo, como estratégia para adquirir recursos para resistir ao acampamento, foi bastante documentada na literatura que estuda outros agrupamentos rurais (ROMANELLI, 1999; DUVAL *et al*, 2009, GONÇALVES; ESCOPINHO, 2010, SCOPINHO, GONÇALVES E MELO, 2016, TECCHIO *et al.*, 2019). Seria semelhante ao que Woortmann (1978) trouxe do exemplo dos meeiros, que produzem para a subsistência, porém, não conseguem, ainda, produzir o excedente para fazer que a plantação seja a principal fonte de renda, por isso precisam vender sua força de trabalho para conseguirem sobreviver. O exemplo trazido pelos entrevistados se assemelha bastante aos “boias frias”, trabalhadores rurais em campos dos outros sem vínculos empregatícios, comumente sazonais - inclusive, a origem da expressão advém das marmitas desses trabalhadores, preparadas nas primeiras horas do dia e que, quando chega o horário do almoço, estão frias.

Uma última estratégia para se analisar, relacionada a um saber tradicional, foi o de enterrar o alimento embaixo da terra para não azedar. Sabe-se da importância da refrigeração de determinados alimentos a fim de aumentar a vida útil do produto e a importância da geladeira para isso. No entanto, em uma situação precária como a do acampamento, no qual havia muitos barracos de lona muito próximos uns dos outros e falta de eletrodomésticos, foi necessário encontrar alternativas para armazenar os alimentos que não eram consumidos na hora, bem como garantir que não haja perda da produção.

A utilização da terra fria para refrigeração foi uma forma de saber tradicional muito difundida para armazenagem do produto em comunidades de povos tradicionais. Esse tipo de conhecimento, normalmente adquirido por meio da convivência, se mostrou importante em momentos de necessidade para suprir uma falta de recursos. Posteriormente, a técnica foi reutilizada pelos agricultores, mas dessa vez para armazenar medicamentos quando ainda não havia luz elétrica no Assentamento.

A análise das informações sobre as estratégias de sobrevivência no período

de ocupação foi importante para compreender os significados que os agricultores possuem da fome e do trabalho na terra no momento da entrevista. Semelhante ao mostrado no trabalho

de Tecchio *et al.* (2019), as pessoas não reconheciam passar por períodos de fome, mas estavam distantes do que seria considerado Segurança Alimentar e Nutricional. O cenário observado foi do abandono do Estado da situação dessas pessoas. Então, foi preciso buscar alternativas para sobreviver na precariedade e na pobreza; essa resiliência foi utilizada para a construção da identidade de agricultor assentado, que quer trabalhar na produção da terra.

Também foi importante observar como o contexto praticamente se repetiu durante a pandemia da Covid-19, pois muitos agricultores reviveram a experiência da incerteza durante esse período - principalmente pela maioria de pessoas idosas e pelo corte nos programas de vendas, assim como pela queda significativa da renda. Dessa forma, foram verificadas as mesmas estratégias para passar por esses anos de pandemia, tal como o auxílio da comunidade, o racionamento de produtos e o autoconsumo. As famílias que possuíam uma rede de apoio da família ou mantiveram canais de comercialização com clientes físicos sofreram menos do que outras, que perderam totalmente a renda com o fechamento das feiras livres - semelhante ao descrito em outros estudos em regiões campestres de outras partes do país (CLAUDINO, 2020; BREITENBACH, 2021; CARDOSO, 2023).

Conclusões

Dado que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional versa sobre garantir o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e variedade o suficiente para o sustento de uma pessoa ou indivíduo, a resolução desse problema passa por esferas multidisciplinares. A fome no Brasil é estrutural e está diretamente relacionada com a pobreza e a precariedade no campo. Além disso, passa pela consolidação de sistemas agroalimentares com uma lógica mercadológica, na qual se enxerga o alimento tão somente como produto a ser comprado. A soberania alimentar, no entanto, seria uma construção ideológica alternativa para a independência da produção e distribuição da comida, atenta às necessidades de uma população e respeito aos ecossistemas.

A pesquisa buscou compreender as representações de segurança e soberania alimentar de 10 agricultores do PDS Santa Helena, na região de São Carlos-SP. Possibilitou-se compreender as vivências de insegurança alimentar que eles passaram durante o período de ocupação e acampamento, no qual faltavam recursos para o plantio e a busca pela alimentação era por vias alternativas à produção na terra. Nessa situação limite, foram identificadas estratégias de sobrevivências que passaram por ações coletivas, como solidariedade

e reciprocidade entre os colegas, partilha de refeição e doação e trocas de itens básicos. Além disso, contou também com os saberes tradicionais de um repertório prévio das pessoas, como técnicas de conservação do alimento, trabalhos temporários e racionamento de comida.

Essas estratégias deram resiliência para essas famílias superarem esse período e manterem-se firmes no objetivo de conquistar a terra. Contemporaneamente, essas memórias foram ressignificadas como um motivo forte para os agricultores lutarem pela permanência e buscar melhorias para o território.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Referências

AMARAL, V. R. DO; BASSO, D. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica.** COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 13, n. 1, p. 181–200, 22 ago. 2016.

ARRUDA, T. P. DE et al. **Segurança alimentar no PDS Santa Helena.** Revista de Política Agrícola, v. XXVI, n. 2, p. 31–44, 2017.

BREITENBACH, R. **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA NA AGRICULTURA FAMILIAR.** Desafio Online, v. 9, n. 1, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** Diário Oficial da União.

CANESQUI, A. M. Comentários sobre os Estudos Antropológicos da alimentação. In: **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível.** [s.l.] Antropologia e Saúde, 2005. p. 23–49. CARDOSO, M. E. G. **RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES NO SEMIÁRIDO: CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS FRENTE À CRISE.** Emblemas -Revista da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais, v. 20, n. 1, p. 35–41, 2023.

CATAÑO HOYOS, C. J.; D'AGOSTINI, A. **SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS/**Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. REVISTA NERA, n. 35, p. 174–198, 22 abr. 2017.

CASTRO, J. **Geografia da Fome (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO).** Antares, v. 10, 1984.

CLAUDINO, L. S. D. **Impactos da pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar**

paraense e a Agroecologia como um caminho para a superação. UNIFESSPA, 2020.

COSTA, A. B. DA; RODRIGUES, C. U. **Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo. As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios** - actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, p. 113–122, 2002.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da Terra ao Prato: a Importância da Memória nas Estratégias de Segurança Alimentar de Famílias Assentadas**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 189-216, 2009. DOI: 10.25059/2527- 2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.53.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a Difícil Construção de um Assentamento Agroecológico em Ribeirão Preto-SP**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 239-262, 2010. DOI: 10.25059/2527- 2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.72.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. 2018.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Assentamentos. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>.

JODELET, D.; LOPRETE, L. **Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito**. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 156, p. 314–327, jun. 2015.

LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 1, p. 111–130, jun. 2010.

MARQUES, P. E. M. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 17, n. 2, p. 78, 9 fev. 2015. MINAYO, M. C. DE S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9–31.

OLIVEIRA, F. H. F. de; FELICIANO, C. A. **A espacialidade do envelhecimento em memória autobiográfica no Pontal do Paranapanema**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 22-35, 2023. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i1.544.

PACHECO, M. E. As megaempresas agroalimentares. In: **Atlas dos Sistemas Alimentares no Cone Sul**. [s.l.] Expressão Popular, 2024. p. 42–48.

ROMANELLI, G.; BEZERRA, N. M. DE A. **Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 9, n. 16, p. 77–87, jun. 1999.

SABOURIN, E. Organização camponesa e estruturas de reciprocidade. In: **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. [s.l.] Editora UFRGS, 2011. p. 115–151.

SARAVALLE, C. Y.; LOPES, P. R.; FRANCESCHINI, G.; FREIRE, L.; ESQUERDO, V. F. de S. **Projeto de desenvolvimento sustentável santa helena - São Carlos/SP: uma problematização das oportunidades, fraquezas, ameaças e fortalezas**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 99-115, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.201.

SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C.; MELO, T. G. **Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 167-187, 2016. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.242.

S. MALUF, R.; A. ZIMMERMANN, S.; JOMALINIS, E. **Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015)**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 3, 1 out. 2021.

TECCHIO, A. et al. **Estratégias Alimentares de Famílias Rurais Pobres na Região Oeste de Santa Catarina**. Redes, v. 24, n. 3, p. 217–240, 3 set. 2019.

WOORTMANN, E. F. **A Comida como Linguagem**. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 11, n. 1, p. 5–17, 2013. DOI: 10.18224/hab.v11i1.2013.5-17.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final**. Série Antropologia. Brasília, 1978, n. 20, pp. 1- 114.

2o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.